

da interlocução vigorosa que a leitura de textos literários pode e deve favorecer. (A história literária teve também seus acertos e não é por acaso que, apesar de tudo, alguns nomes se apresentam inevitavelmente perenes). É, sob esse aspecto, que a experiência do inaudito vai engendrar no sujeito a condição de sua transformação. Há textos que suscitam totalmente isso, há textos que suscitam parcialmente isso e há textos que pretendem suscitar e não suscitam. Essa diferença, o próprio aluno na sua condição de sujeito necessariamente terá de apreender. E, retomando aqui a idéia inicial de que a condição de sujeito é a condição de uma crise contínua, entendamos que aprender literatura é também o aprendizado dessa crise na disposição das singularidades que ela implica. Tão espinhosa quanto a produção de um discurso próprio, a escuta da literatura é como o desafio de qualquer nova experiência. Escamotear essa premissa é cair em substitutivos falsos de facilitação de tarefas que têm sido uma das causas principais do extremo marasmo de quase toda a produção contemporânea (literária ou não). Literatura fácil; teorias fáceis; modos fáceis de leitura — banalidades de um conceito de escola que, em nome de uma pretensa adequação às aspirações do aluno, antecipa o seu desejo e lhe veda o direito aos desafios.

Não acredito que Lígia Chiappini tenha se esquecido disso. O que afirmei vem de um profundo incômodo que as propostas de facilitação, oriundas de uma pedagogia do ajuste, vêm proporcionando; vem também esse incômodo da profusão incrível de poetas e contistas assim autodenominados cujo papel tem sido o de obscurecer pelo imediato de sua oferta o quadro mais profundo em que necessariamente deveria ser equacionada a própria relevância de seus discursos. Um certo temor da própria crítica em não ser denominada autoritária talvez seja responsável pela ausência de um debate mais fecundo em torno da produção contemporânea que faz dessa contemporaneidade um critério de valor crítico e estético.

RETÓRICA, PRAGMÁTICA E SEMIÓTICA *

*Diana Luz Pessoa de Barros ***

Pretende-se rever, neste artigo, as contribuições da retórica, retomada nos últimos anos pelas diferentes teorias da linguagem.

Os estudos retóricos estão sendo mais recentemente aproveitados em duas direções distintas: há pesquisadores, como Ch. Perelman e L. Olbrechts-Tyteca (1970), que procuram reabilitar a retórica aristotélica, abafada, segundo eles, por três séculos de cartesianismo, e que desenvolvem, a partir dela, uma teoria da argumentação ou uma "nova retórica"; outros, como R. Barthes (1970) e T. Todorov (1967, 1969, 1977) e o grupo μ (1974), esforçam-se por rever as figuras de retórica à luz das teorias lingüísticas, sobretudo da semântica estrutural.

Os dois modos de recuperação da retórica, ainda que prestando bons serviços aos estudos da língua e do texto, não bastam para explicar os mecanismos de argumentação e as figuras propriamente ditas. A esses esforços devem somar-se outros, que reexaminem a argumentação e as figuras retóricas no quadro dos estudos pragmáticos e das teorias do texto e do discurso, mais especificamente no de uma teoria semiótica.

* Trabalho apresentado na mesa-redonda sobre figuras do discurso, no II Congresso Internacional Latino-Americano de Semiótica, em Rosário, Argentina, em outubro de 1987.

** Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP.

1 — Argumentação

No que tange à argumentação, tal como é pensada na “nova retórica” de Perelman, a adoção de um ponto de vista semiótico terá ao menos duas conseqüências: uma nova organização dos recursos e esquemas argumentativos propostos e a distinção segura entre os procedimentos de argumentação e seus efeitos.

Para que se obtenham tais resultados, os mecanismos de argumentação devem ser examinados nos diferentes níveis que compõem o percurso gerativo do sentido,¹ na perspectiva da semiótica. Serão diferenciados, dessa forma, *procedimentos narrativos*, que ocorrem no patamar das estruturas narrativas, de *recursos discursivos*, que dependem da organização dos discursos pelo sujeito da enunciação.

Muitos dos esquemas argumentativos apresentados no *Tratado da Argumentação* de Perelman explicam-se narrativamente. Veja-se, por exemplo, o argumento de autoridade, que consiste em utilizar atos e opiniões de uma pessoa ou de um grupo como prova em favor de uma tese e cujo alcance depende do prestígio da autoridade invocada (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1970: 410-11). As citações dos discursos científicos e as constantes remissões às fontes ou às autoridades nos discursos jornalísticos são casos de emprego desse procedimento argumentativo. Da notícia sobre um congresso de odontologia em São Paulo (Veja, 03.02.88, p. 49) extraiu-se o trecho abaixo transcrito, para ilustrar o argumento de autoridade:

“Quando a criança dorme, sua produção de saliva cai de 80% a 90%, ensina Yvone de Paiva Buischi, presidente da Associação Brasileira de Odontologia Preventiva”.

Em termos de sintaxe narrativa deve-se considerar o argumento de autoridade como a convocação de auxiliares do sujeito ou do anti-sujeito, para que realizem programas secundários, necessários ao bom cumprimento do programa principal, ou como a solicitação de um destinador que atribua competência ao sujeito. A dentista, chamada a assumir a palavra na notícia acima, está sendo citada como autoridade em prevenção de cáries — presidente da Associação Brasileira de Odontologia Preventiva —, capaz portanto de dotar o sujeito e enunciador do texto da competência necessária (poder e saber-fazer) à pregação contra os malefícios da “mamadeira noturna”.

Os discursos “argumentativos”, como os discursos científicos e os políticos, entre outros, devem ser reexaminados nessa perspectiva, pois muito do que sempre se considerou como argumentação pode ser explicado no nível das estruturas narrativas, sob a forma de programas de busca e de construção do saber ou de procura de adesão e confiança. Não mais se contesta a separação, tantas vezes afirmada, entre discursos argumentativos e discursos narrativos, pelo critério de existência ou não de organização narrativa subjacente.

No nível discursivo, apenas os recursos propriamente sintáticos, que promovem a relação entre enunciador e enunciatário, serão considerados argumentativos. Os procedimentos semânticos de investimento figurativo dos conteúdos produzem efeitos de realidade, necessários para a construção da verdade do discurso, e distinguem-se dos meios sintáticos de argumentação. No texto da reportagem sobre a morte misteriosa de três sargentos (Veja, 14.01.87, p. 32), empregam-se os dois tipos de mecanismos para efeitos diferenciados. Depois de citar a fraca explicação do boletim do comando militar sobre o ocorrido, a reportagem dá a palavra à mulher de um dos sargentos:

“Tudo é inexplicável, diz Neusa Muller de Souza, vinte e quatro anos, de Passo Fundo, a 290 quilômetros de Porto Alegre, viúva do sargento Luiz Elvio.”

O número excessivo de dados desnecessários sobre a mulher — nome completo, idade, lugar de moradia, localização precisa da cidade — têm por função criar a ilusão de realidade, construir um ser de “carne-e-osso”, dar-lhe existência. O recurso utilizado, de ancoragem histórica do ator e do espaço, diferencia-se, também quanto aos efeitos, do procedimento sintático de delegação de voz. Atribui-se a palavra à mulher, mas ela nada diz de novo, do ponto de vista da informação. Sua fala é um argumento forte em favor da tese do texto de que a morte dos sargentos envolve um mistério. Se nada houvesse de estranho, a família teria recebido explicações.

Procurou-se mostrar que, para a semiótica, os meios sintáticos — *narrativos* e *discursivos* — explicam os esquemas argumentativos, como recursos do enunciador para buscar a adesão do enunciatário. Além de permitir um exame mais acurado dos procedimentos, a semiótica trata da argumentação no bojo de uma teoria geral do discurso.

2 — Figuras de retórica

As figuras de retórica, por sua vez, merecem ser e têm sido já revistas tanto na perspectiva da pragmática, quanto na de uma teoria do discurso de fundamentação semiótica.

2.1 — Figuras de pensamento

Entre as propostas pragmáticas, a teoria dos implícitos parece ter mais contribuído para explicar as figuras ou, ao menos, certas figuras de retórica, aquelas que Du Marsais denomina *figuras de pensamento*, em oposição às figuras de palavras (Fontanier, 1968). Os implícitos, na semântica de O. Ducrot (1969, 1973, 1977) ou na pragmática de H. P. Price (1982) constituem a base das figuras de pensamento, isto é, os subentendidos ou as implicaturas conversacionais geram figuras. A infração às máximas conversacionais (ou leis do discurso) da *qualidade* ("não diga o que acredita ser falso") e da *quantidade* ("não diga mais, nem menos que o requerido") produz, por exemplo, as figuras da hipérbole, da litotes, da preterição ou da reticência. Para o exame pragmático das figuras, cabe observar as relações entre as leis do discurso e sua tipologia, nem sempre consideradas pelas teorias pragmáticas, e também esclarecer melhor a noção de *intenção* que subjaz a tais estudos. É preciso ampliar os conceitos de texto e de intertextualidade.

No âmbito ainda das teorias semânticas e pragmáticas que procuram explicar as figuras retóricas, são bastante promissores os trabalhos de O. Ducrot (1970) a respeito da *polifonia* dos enunciados: Para Ducrot, no texto, mesmo sendo único o locutor, há uma multiplicidade de vozes ou de enunciadorees, em decorrência, de enunciados. Os estudos de Ducrot sobre a polifonia dos enunciados aproximam-se dos de M. Bakhtin (1970, 1974), que concebe discursos *dialógicos* ou "carnavalescos" em que coexistem visões do "direito" e do "avesso" do mundo.

Nessa linha, as figuras de retórica explicam-se pelo jogo de vozes de diferentes enunciadorees: um afirma, outro nega, outro mais ataca ambas as posições. Um trecho de Machado de Assis ilustra bem a polifonia:

"Disse isso fechando o punho, e proferi outras ameaças. Ao relebrá-las, não me acho ridículo; a adolescência e a infância não são, neste ponto, ridículas, é um dos seus privilégios. Este mal ou este perigo começa na mocidade, cresce na madureza e atinge o maior grau na velhice. Aos quinze anos, há até certa graça em ameaçar muito e não executar nada" (1959:748).

Há um enunciador, do tipo "voz do povo", a afirmar que a adolescência e a infância são ridículas, porque nelas se ameaça em vão, e que, a partir daí, considera ridículo o narrador, que profere ameaças sem cumpri-las. Há outro, que nega a voz comum e assegura que a adolescência e a infância não são ridículas e tampouco o narrador o é. Finalmente, um terceiro critica aqueles que não mais adolescentes, fazem ameaças vãs.

Os estudos de Ducrot sobre a polifonia são os que mais perto se encontram do caminho encetado pela semiótica da retórica. Precisa-se retomar a questão da diversidade de vozes no *nível discursivo*, não apenas no dos enunciados, e tratar mais adequadamente do problema do foco narrativo. A contribuição da semiótica pode, nesse aspecto, ser importante, graças às investigações que realiza sobre a enunciação e a delegação de voz, e que têm levado à determinação de sujeitos e de "conversações" hierarquizados no discurso. O reconhecimento dos níveis hierárquicos de delegação importa para a construção dos sentidos do texto e, por esse viés, aproximam-se a semiótica e a pragmática na leitura das figuras de pensamento ou, como se prefere aqui, figuras da sintaxe discursiva.

2.2 — Figuras de palavras

Perelman (1976:229) separa as *figuras argumentativas* ou retóricas, com as quais se procura mudar as crenças e o comportamento do ouvinte, das *figuras de estilo*, cujo emprego tem objetivos estéticos, pois não se aspira, com elas, à adesão do ouvinte. Na verdade, toda figura é argumentativa, no sentido de que se trata de um recurso discursivo da persuasão. Distinguem-se, no entanto, as figuras que estão diretamente ligadas à persuasão do enunciatário pelo enunciador e que resultam de procedimentos da sintaxe discursiva, conforme se propôs no item sobre argumentação, das figuras propriamente semânticas, que fabricam efeitos de sentido de realidade para fazer passar a

verdade do texto. A persuasão toma, assim, caminhos indiretos, como, por exemplo, no uso de metáforas.

As figuras semânticas, chamadas figuras de palavras, precisam ser encaradas na perspectiva do discurso. O precursor desse tipo de abordagem foi, sem dúvida, R. Jakobson (1963), que, no seu ensaio sobre a afasia, utiliza as noções de metáfora e metonímia não mais como "figuras de palavras", mas para caracterizar diferentes tipos de discurso.

A semiótica desenvolveu, nessa direção, os estudos sobre as figuras, utilizando os conceitos de *isotopia*, de *tematização* e de *figurativização*. Os temas disseminam-se pelo texto em percursos que podem ser "concretizados" sensorialmente pelo procedimento de figurativização. A reiteração discursiva dos temas e a redundância das figuras espalhadas na dimensão total do discurso, denominam-se *isotopia*. A isotopia assegura a linha sintagmática do discurso e responde por sua coerência semântica. Distinguem-se dois tipos de isotopia, segundo as unidades semânticas reiteradas: isotopia temática e isotopia figurativa.²

Na análise semiótica dos discursos, constroem-se, a partir das repetições semânticas, os percursos temáticos e figurativos. Alguns textos permitem uma única leitura, ou seja, desenvolvem uma só linha temática ou temático-figurativa. Outros, denominados pluri-isotópicos, desenrolam vários percursos temáticos e figurativos, lêem-se em diferentes isotopias. Nos textos pluri-isotópicos, a análise prevê o estabelecimento de relações verticais entre as diferentes linhas temático-figurativas, que serão consideradas *metafóricas* ou *metonímicas*. As figuras de retórica deixam, assim, de ser figuras de "palavras", retomadas no âmbito da semântica discursiva, como *figuras de discurso*.

A análise do poema de João Cabral de Mello Neto, "Rios sem discurso" (1975:23)³ exemplifica a construção das isotopias temáticas e figurativas e a determinação de metáforas discursivas.

"RIOS SEM DISCURSO"

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água paralítica.
Em situação de poço, a água equivale

a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.

O curso de um rio, seu discurso rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem,
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate."

Desenvolvem-se no poema duas isotopias figurativas, conectadas pela palavra *discurso*, a da *água*, não a parada, estancada no poço, mas a enfrasada no curso ou no discurso do rio, e a da *palavra*, não a guardada, muda, no dicionário, mas a em fio, no discurso. Na isotopia da água lê-se a história dos rios do Nordeste, interrompidos pela seca e em luta contínua para se refazerem: *rios, (dis)curso, corta, água, poço, estanque, estancada, com nenhuma comunica, reatar, fio de água, cheia, água em fios, seca*. Na leitura da *palavra*, desenrola-se o *fazer discursivo*, o tomar palavra e, com a voz adquirida, constituir passo a passo o discurso: *discurso, situação dicionária, muda, com nenhuma comunica, sintaxe, discorria, grandiloquência, linguagem, enfrasam, frases curtas, frase e frase, sentença, voz*.

Cada uma das isotopias figurativas liga-se a uma isotopia temática: a *água* recobre o tema da *produção da vida*, num trabalho miúdo e sem parada da natureza, a *palavra* investe o tema da *criação* operada pelo homem, no mesmo fazer cuidadoso e continuado. É sempre o tema da criação, pela natureza ou pelo homem, confundidos e combinados na poesia.

As relações verticais que se instauram entre os percursos da água-viva e os da palavra-criação definem metáforas. Ligam-se, portanto, a palavra no dicionário e a água no poço, o rio cortado e a sintaxe interrompida, a grandiloquência e a cheia, a sentença e o rio.

No último verso do poema, a palavra *combatê* introduz um terceiro par de isotopias temáticas e figurativas e, conseqüentemente, novas relações metafóricas. A isotopia figurativa de luta, de forças em oposição, relaciona-se à leitura sócio-econômica e política de censura e repreensão. Relê-se o poema nesse novo plano isotópico que engloba os demais: a água *estancada*, o rio *cortado*, a palavra *emudecida*, o curso e o discurso *interrompidos*, a outra linguagem *imposta* falam do autoritarismo e da opressão e atribuem papel social ao fazer criador do homem, ao discurso e ao poeta, no reatamento da voz e da vez.

O objetivo deste rápido exame das relações estabelecidas entre a retórica, a pragmática e a semiótica foi mostrar a necessidade e as decorrências de se reverem, no quadro de uma teoria semiótica de análise do discurso, os esquemas argumentativos e as figuras retóricas. Os argumentos explicam-se como procedimentos sintáticos da narrativa e do discurso; as figuras de pensamento decorrem de recursos da sintaxe discursiva e as de palavras, retomadas como figuras de discurso, resultam dos mecanismos semânticos de tematização e figuratização e das relações entre isotopias. Há, nessa direção, um bom caminho a fazer.

1. Ver, para percurso gerativo e demais conceitos da semiótica, sobretudo o *Dicionário de semiótica* de Greimas e Courtés (s/d) e Greimas (1970-1983).

2. Veja-se, para isotopia, Greimas e Courtés (s/d) e Rastier (1976-1980).

3. Retoma-se aqui parte da análise de *Rios sem discurso*, de nosso trabalho *Teoria do discurso. Fundamentos semióticos* (Barros, 1988).

TRABALHOS CITADOS

- BAKHTIN, Mikhail. (1970) *La poétique de Dostoievski*. Seuil, Paris.
——— (1974) *La cultura popular en la Edad Media y Renacimiento*. Barral Editores, Madrid.
BARROS, Diana L. P. de. (1988) *Teoria do discurso. Fundamentos semióticos*. Atual, São Paulo.
BARTHES, Roland. (1970) "L'ancienne rhétorique". *Communications*, 16
DUBOIS, Jacques et alii. (1974) *Retórica geral*. Cultrix/EDUSP, São Paulo (original de 1970).
DUCROT, Oswald. (1969) "Presupposés et sous-entendus". *Langue Française*, 4:30-43.
——— (1973) *La preuve et le dire*. Mame, Paris.
——— (1977) *Princípios de semântica lingüística* (dizer e não dizer). Cultrix, São Paulo (original de 1972).
DUCROT, O. et alii (1980) *Les mots du discours*. Minuit, Paris.
FONTANIER, Pierre. (1968) *Figures du discours*. Flammarion, Paris.
GREIMAS, Algirdas Julien. (1970) *Du sens*. Seuil, Paris.
——— (1983) *Du sens. II*. Seuil, Paris.
GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. (s/d) *Dicionário de semiótica*. Cultrix, São Paulo.
GRICE, H. Paul. (1982) "Lógica e conservação". In: Dascal, M. (org.). *Pragmática-Problemas, críticas, perspectivas da lingüística — Bibliografia*. Campinas.
JAKOBSON, Roman (1963) *Essais de linguistique générale*. Minuit, Paris.
MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. (1959) *Dom Casmurro*. In: Coutinho, A. (org.). *Machado de Assis. Obra completa*, V. 1. Aguilar, Rio de Janeiro.
MELO NETO, João Cabral de. (1975) *Antologia poética*. 3. ed. José Olympio, Rio de Janeiro.
PERELMAN, Charles. (1970) *Le Champ de l'argumentation*. PVB, Bruxelles.
——— (1977) *L'empire rhétorique*. J. Vrin, Paris.
PERELMAN, ch. e OBBRECHTS-TYTECA, L. (1970) *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*. Editions de l'Université de Bruxelles, Bruxelles.
RASTIER, François. (1976) "Sistemática das isotopias". In: Greimas, A. J. (org.). *Ensaio de semiótica poética*. Cultrix, São Paulo. p. 96-125.
——— (1980) "Le développement du concept d'isotopie". *Documents III* (29).
TODOROV, Tzvetan. (1967) *Littérature et signification*. Larousse, Paris.
——— (1977) *Théories du symbole*. Seuil, Paris.